

Valorização Patrimonial: as relações entre restauração, política e memória social, nas intervenções em monumentos históricos em Belém do Pará

Dayseane Ferraz da Costa – PPG-UFGA

Algumas Considerações Acerca da Valorização Patrimonial

Os bens patrimoniais têm sido alvo constante de práticas e políticas que buscam sua transformação, ou, como mais usualmente encontramos o termo, sua reabilitação se tornando por vezes objeto de “consumo e espetáculo”.¹ Paralelo a todo este fenômeno referente ao patrimônio histórico emerge, como alvo do presente estudo, uma discussão pertinente a todo este cenário: Como se refletem no imaginário social e na memória coletiva da sociedade estas intervenções patrimoniais? Ainda que todo esse direcionamento para as questões patrimoniais seja uma constante, reutilizar um monumento ou fazer dele objeto de qualquer reconstrução, seja ela material ou social, abarca uma gama de opiniões e questionamentos que se configuram a partir do imaginário social em relação ao mesmo.

O Patrimônio arquitetônico é analisado aqui como um referencial de construção de identidade social, como elemento detentor de significação cultural ainda inexplorado neste afã do culto aos monumentos históricos. Procura-se mostrar com este estudo importância do patrimônio histórico - “bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”² - e sua representatividade no conjunto de fatores que constroem a identidade histórica de uma sociedade, considerando que, tanto o patrimônio histórico quanto a memória são elementos essenciais neste processo.

Associar os monumentos históricos a construção de uma volta ao passado é fenômeno recorrente às sociedades atuais, seriam os chamados “lugares da memória” na expressão de Pierre Nora. Assim, nunca tantos olhares se voltaram para museus e temas referentes à memória e patrimônio, tentando remediar talvez o rompimento com o passado que outrora existira. Paradoxalmente à era do descartável, das inovações tecnológicas e

das informações sempre novas, percebe-se esta volta aos monumentos antigos como uma construção social, efetivamente presente contemporaneamente. Diante desta apropriação e desta volta aos monumentos históricos, cada vez mais se observa que vários órgãos atuam, ou deveriam atuar, como mediadores, defensores e preservadores dos monumentos arquitetônicos.

A ação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), bem como dos Departamentos de Patrimônio Histórico, sejam eles estaduais ou municipais, se faz necessária. Tal ação deverá sempre impedir o uso indevido do patrimônio histórico, conciliar em que bases se dá a “revalorização” de um monumento, sempre observando a relação da sociedade com suas heranças históricas. No seio de todo este processo, a História é uma das principais ciências que respalda tais discussões, justificando apego, esquecimento ou supervalorização das heranças históricas. Enfim, procura-se compreender como se engendram as relações da sociedade na preservação de sua memória, na construção de sua história e seus elos com o passado.

Os Monumentos Históricos e a Preservação ou Construção da Memória Social

Para toda e qualquer sociedade a construção da identidade e preservação da memória é condição *sine qua non* para que ela exista enquanto tal, pois “A memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento de poder”.³ A memória, como instrumento de preservação de informação e de conhecimento, é um suporte para a rememoração das experiências, individuais e coletivas, de um grupo social. Este referencial de comunidade sobre histórias, fatos vividos e cultura compartilhada é o suporte que denominamos identidade. Tanto a identidade como a memória são os pilares de uma sociedade, são buscados no tempo e no espaço através de referenciais que caracterizem o seu valor. O referencial tratado neste trabalho é o patrimônio histórico como um elemento construtor de identidade social.

Vários prédios históricos atualmente, em várias partes do Brasil e do mundo, são transformados em espaços que preservam a memória. Entretanto, a memória está sempre

sujeita a reconstrução, sutil ou não, em espaços públicos, museus, memoriais. Assim, a própria sociedade é que deverá elencar como e que memória será preservada. O monumento, a despeito da resistência da pedra e do concreto, não traz por si só a materialidade à memória, é a interpretação dos indivíduos a seu respeito que lhe perpetua, ou não, como um elo de significação com um momento, fato ou processo social.

São complexas as relações acima descritas, pois a idéia de valorização pode vir associada a um interesse político, econômico ou a construção de um “lugar da memória”, neste último caso há que pensar em que tipo de memória está sendo preservada, forjada ou construída. Para ilustrar toda esta discussão o exemplo explicitado aqui será o projeto “Feliz Lusitânia”, implementado em Belém a partir de 1998 e que transformou parte do centro histórico da cidade em um complexo de museus. As questões levantadas durante a realização do projeto, as dificuldades tornaram-se um exemplo rico do que significa intervir em monumentos históricos, na memória social e no cotidiano de uma sociedade.

O centro histórico de Belém, sob o abrigo do Projeto Feliz Lusitânia, foi alvo de reordenação e reabilitação em algumas edificações monumentais. As mudanças implementadas causaram uma sensível manifestação da sociedade, haja vista que, os bens patrimoniais são objetos da memória e do cotidiano social. Em vista deste fato, o entendimento central deste estudo prima por traçar uma análise que desvele como se configuram, em Belém, as transformações na relação da sociedade com seu patrimônio histórico. Buscando elucidar os reflexos no discurso social e no cotidiano da sociedade local a partir destas intervenções, procura-se entender sob que condições estes monumentos deixam de ser alvo de esquecimento, da falta de uso e do desapego, para se tornarem foco da atenção desta sociedade.

A Restauração do Centro Histórico de Belém: O Projeto Feliz Lusitânia

Através da Secretaria Executiva de Cultura do Estado do Pará, o projeto Feliz Lusitânia foi realizado em etapas diferenciadas que abarcaram reformas, adaptações, transformações espaciais e utilitárias dos prédios remanescentes dos séculos XVII e XVIII

em Belém. Tal projeto foi audacioso, haja vista, a grandiosidade do mesmo e o número de críticas, positivas ou não, que recebeu pelas implementações feitas nos antigos Palácio Lauro Sodré, atual Museu do Estado do Pará (MEP); Palácio Episcopal, hoje Museu de Arte Sacra (MAS); Forte do Castelo, agora Forte do Presépio; e em todo complexo Feliz Lusitânia. Como resultado, tais modificações foram consideradas como referência em restauração patrimonial pela UNESCO. Cabe, entretanto, mostrar as questões políticas, o senso comum, as questões patrimoniais, e “brigas” judiciais que fizeram de Belém uma das cidades que mais discutiu o patrimônio no Brasil nos últimos anos. Várias reportagens e artigos fizeram referência a este fato:

*Cidade vive um momento de revitalização do patrimônio - A partir de meados da década de 1990, cientes do valor do patrimônio arquitetônico de Belém, os governos estadual e municipal deram início a uma série de ações que visaram preservar, recuperar, restaurar, revitalizar e reordenar edifícios e sítios urbanos de significativa importância para a memória da população, muitos deles já em ruínas. Foram escolhidas obras referenciais da arquitetura luso-brasileira, marcos indiscutíveis do processo de formação e desenvolvimento das cidades.*⁴

A reportagem acima, publicada em revista de circulação nacional, exemplifica este recorrente processo de revitalização do patrimônio. A retomada não se faz apenas no que tange a arquitetura, mas também nos discursos sociais sobre patrimônios que passam por uma revitalização. De todas as edificações e monumentos envolvidos no projeto Feliz Lusitânia, que são objetos deste estudo, vale ressaltar que nenhum despertou a argüição tão ferrenha da sociedade, quanto o Forte do Presépio, quando de sua revitalização.

Todos os prédios que foram envolvidos na implementação do projeto Feliz Lusitânia eram utilizados de forma diferenciada. O MEP foi sede do Governo do Estado⁵; o MAS funcionou como Palácio Episcopal; alguns casarios que eram utilizados para comércio foram também transformados em espaços museológicos; o Forte do Presépio e O Espaço Cultural “Casa das Onze Janelas, que estavam sob a administração do Exército Brasileiro,

funcionavam como sede do Círculo Militar e prédio de subsistência do Exército respectivamente.

A cidade de Belém e a restauração do Forte do Presépio

O Forte do Presépio, em Belém do Pará, até o ano de 2000, cristalizara-se na memória das pessoas como o “Forte do Castelo”, denominação comum ao imaginário social até final do século XX. Desde a década de 60, funcionou como espaço do Círculo Militar. A memória recente da sociedade local estava relacionada com esta construção social. O monumento era, então, espaço de diversão e lazer como clube social. Mesmo sendo o marco zero da cidade, o Forte tinha uma significação mais atrelada ao exército e ao uso que lhe era dado por este.

Este imaginário social, sobre o Forte, foi tocado quando, ao abrigo do Projeto Feliz Lusitânia, foi implementada a mudança utilitária e arquitetônica do espaço. Daí emergiram questões políticas, debates e questões judiciais principalmente no ponto nevrálgico que foi a retirada do paredão frontal, o chamado: “Muro da Discórdia”.⁶ O paredão construído na segunda metade do século XIX foi derrubado por estabelecer “um conflito profundo com as linhas arquitetônicas dominantes no entorno do Forte do Castelo, onde predominavam -e predominam- as linhas da arquitetura setecentista”.⁷ Ainda com a justificativa plausível, a retirada do muro e a “briga” entre IPHAN, Governo do Estado e Prefeitura de Belém por este fato, mostraram como as questões patrimoniais e a relação da sociedade com sua herança patrimonial são complexas.

Em suma, todas as questões acima descritas carecem de um estudo historiográfico, que envolva conceitos de cultura, memória e identidade social. Esta análise é de fundamental importância, haja vista que, como já foi citado, a memória coletiva é um instrumento de poder. Objetivo assim perceber se “ao se forjar uma memória coletiva não se estaria condenando a memória de indivíduos a uma vida subterrânea”⁸ diante do

posicionamento contrário, de boa parte da sociedade, às mudanças ocorrentes aos monumentos históricos em Belém, através do Projeto Feliz Lusitânia.

Trabalhar com o passado e o presente simultaneamente nos permite uma valorização do processo social, adquirimos assim a exata importância de cada fase, mudanças, enfim, do devir histórico. Ver nas heranças históricas uma representação de longa duração é ter um referencial de identidade. No processo aqui analisado seria impossível que não houvessem existido manifestações acerca dos projetos de restauração.

Mudar, reutilizar ou simplesmente reformar um monumento deve suscitar debates, como aconteceu em Belém, pois a própria sociedade é quem deverá referendar o que será preservado. Nisto consiste a construção de uma memória coletiva, sendo definida aqui como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”.⁹ A memória é um elemento essencial para a construção da identidade, individual ou coletiva, não sendo mais ou menos importante do que a política ou a histórica.

¹ Françoise Choay. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação da Liberdade. UNESP, 2001.

² SECULT/DPHAC. *Série Informar para Preservar*. Vol. I e II, Belém, 2002.

³ Jacques Le Goff. *História e Memória*, 4 ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996, p. 476.

⁴ Revista AU. Nº 121. Abril/2004. A revista, de circulação nacional, destaca com grande reportagem, o trabalho de restauração de patrimônio em Belém

⁵ O Museu do Estado do Pará funciona desde 1994, na antiga sede do Governo do Estado, chamado neste período de Palácio Lauro Sodré, sendo incorporado ao Núcleo Cultural Feliz Lusitânia, a partir da inauguração deste em 1998.

⁶ O termo “Muro da discórdia” foi vinculado ao debate sobre retirar ou não o paredão frontal. Esta questão foi levada à Justiça pelas esferas municipal e estadual.

⁷ SECULT/Pa. Documento: Memória para Intervenção na Bateria do Castelo.

⁸ Marina Maluf. *Ruídos da Memória*. Siciliano, 1995.

⁹ Le Goff, Op. Cit. p. 472.